



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA
SEÇÃO RONDÔNIA**

PROCESSO SELETIVO DA RESIDÊNCIA – PSR 2026

PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.

2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.

3. APÓS A AUTORIZAÇÃO, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM 45 QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES REFERE-SE À PROFISSÃO PARA A QUAL REALIZOU A INSCRIÇÃO;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 04 HORAS.

4. Esta prova Teórico-Objetiva é composta por questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e 1 (uma) única resposta correta.

5. O CANDIDATO DEVE ASSINAR LISTA DE PRESENCAS, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.

6. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas após 2 (duas) horas do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente Edital, **devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de questões e respectiva folha de respostas.**

7. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo.

9. No caderno de questões, você poderá rabiscar e riscar.

10. A folha de respostas deve ser preenchida em todo o espaço reservado em caneta azul ou preta. A segunda folha você pode usar para conferir o gabarito posteriormente.

11. Os gabaritos preliminares e os cadernos de provas serão divulgados em **08 de fevereiro de 2026**, após as 20h, nos links **GABARITO** e **PROVAS** no endereço eletrônico <https://abo-ro.org.br/programa-de-residencia/>.

Humanização, Saúde Coletiva; Legislação, Política e Organização do SUS

1. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200), durante uma audiência pública, um gestor afirma que "saúde é uma prestação administrativa que pode ser interrompida quando houver restrição financeira". Considerando o texto constitucional, qual alternativa interpreta corretamente o dever estatal e o modo de garantia do direito à saúde?

- A) O direito à saúde depende de disponibilidade orçamentária local e pode ser restringido por decisão administrativa.
- B) A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurada por políticas sociais e econômicas que visem reduzir riscos e garantir acesso universal e igualitário.
- C) A saúde é responsabilidade predominante do setor privado, cabendo ao Estado papel subsidiário.
- D) A saúde é dever exclusivo da União, cabendo aos municípios atuação complementar.

2. Uma secretaria municipal está revisando seus atos normativos e precisa registrar, no preâmbulo do regulamento interno, o objeto central da lei orgânica da saúde. Qual alternativa melhor expressa o que a Lei nº 8.080/1990 dispõe?

- A) Trata exclusivamente do controle social e da estrutura dos Conselhos de Saúde.
- B) Regulamenta unicamente as transferências intergovernamentais fundo a fundo.
- C) Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- D) Define, como foco principal, a organização da assistência médico-hospitalar privada contratada.

3. Um município pretende reformular a participação social no SUS substituindo instâncias colegiadas por consultas informais à população. À luz da lei, qual alternativa corresponde ao arranjo institucional previsto para participação da comunidade na gestão do SUS?

- A) A participação ocorre por meio de Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde, com funções e regras definidas em lei.
- B) A participação se limita a ouvidorias e pesquisas de satisfação conduzidas pelo gestor.
- C) A participação é restrita às entidades prestadoras de serviço contratadas pelo SUS.
- D) A participação depende de autorização discricionária do chefe do Poder Executivo.

4. Uma região busca padronizar o encaminhamento de usuários entre municípios e definir os limites territoriais de articulação de ações e serviços. Qual conceito do decreto responde diretamente à necessidade de organizar o SUS em um espaço regional de pactuação?

- A) Distrito sanitário, como unidade administrativa exclusiva do estado.
- B) Mapa da saúde, como instrumento que substitui a regionalização.
- C) Colegiado gestor, como instância única de comando regional.
- D) Região de Saúde, como espaço geográfico para integração da organização, planejamento e execução de ações e serviços de saúde.

5. Uma equipe intersetorial discute a criação de barreiras administrativas para acesso a serviços públicos, como exigência de comprovante de residência para cadastramento e acompanhamento. Qual alternativa está mais compatível com o sentido da política instituída?

- A) Priorizar o atendimento por ordem de chegada e negar acompanhamento longitudinal por inviabilidade cadastral.
 - B) Estruturar ações e serviços de forma a reconhecer especificidades e promover acesso, articulando políticas e reduzindo barreiras incompatíveis com a condição de rua.
 - C) Direcionar a demanda exclusivamente para assistência social, sem corresponsabilidade da saúde.
 - D) Limitar a atenção à população em situação de rua a atendimentos de urgência e emergência.
-

6. Uma UBS planeja reorganizar seu processo de trabalho para melhorar acesso e resposta às demandas. Entre as opções abaixo, qual diretriz é mais alinhada à lógica de organização do cuidado na Atenção Básica prevista na PNAB?

- A) Substituir a coordenação do cuidado por atendimento fragmentado, sem articulação com outros pontos da rede.
 - B) Centralizar o acolhimento em um profissional, restringindo a atuação da equipe.
 - C) Estruturar o acesso por meio de acolhimento e organização do processo de trabalho, com responsabilização e coordenação do cuidado no território.
 - D) Remover ações de promoção e prevenção do escopo da Atenção Básica, concentrando-as em programas paralelos.
-

7. Uma equipe da gestão estadual deseja justificar, em nota técnica interna, por que utiliza uma portaria consolidada como referência. Qual alternativa descreve adequadamente a função de uma portaria de consolidação?

- A) Reunir e organizar normas sobre temas, sistematizando atos para facilitar consulta e aplicação administrativa.
 - B) Revogar automaticamente toda regulamentação anterior e substituir leis federais.
 - C) Criar regras opinativas sem caráter normativo, destinadas a capacitação.
 - D) Aplicar-se apenas a estabelecimentos federais, sem impacto na gestão do SUS.
-

8. Conforme a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2/2017, uma gestão municipal pretende restringir promoção da saúde a campanhas educativas pontuais, sem articulação com outros setores. Qual alternativa expressa melhor a orientação geral da PNPS?

- A) Focar exclusivamente em mensagens educativas individuais, sem considerar determinantes sociais.
 - B) Operar com abordagem intersectorial e estratégias que incidam sobre determinantes e condições de vida, integrando ações e políticas no território.
 - C) Substituir ações assistenciais por iniciativas comunitárias autogeridas, sem participação do SUS.
 - D) Vincular promoção da saúde a ações exclusivas da esfera federal, sem execução local.
-

9. Considerando que uma direção hospitalar decide “humanizar” apenas com melhorias estéticas no ambiente, mantendo os mesmos processos de trabalho e comunicação com usuários, qual alternativa está mais alinhada ao enfoque da PNH?

- A) Humanização é sinônimo de reforma física e conforto ambiental, sendo suficiente para qualificar o cuidado.
 - B) Humanização corresponde à ampliação de campanhas de satisfação do usuário, sem revisão de fluxos assistenciais.
 - C) Humanização envolve mudanças nos modos de gerir e cuidar, valorizando relações, corresponsabilização e práticas de acolhimento e participação.
 - D) Humanização substitui protocolos assistenciais por decisões individuais de cada profissional.
-

10. Uma UBS pretende reorganizar espaços para garantir privacidade, melhorar fluxos e favorecer encontros entre trabalhadores e usuários. Qual alternativa representa melhor o entendimento de “ambiência” nesse contexto?

- A) Ambiência é definida por decoração e identidade visual, sem conexão com práticas de cuidado.
 - B) Ambiência se restringe a requisitos técnicos de ventilação e climatização.
 - C) Ambiência é tema exclusivo de arquitetura predial, sem participação das equipes.
 - D) Ambiência considera o espaço como componente do cuidado e do trabalho, influenciando relações, privacidade e circulação.
-

11. Para entender o controle social na saúde, um conselheiro relata pressão para apenas “referendar decisões” sem debate ou deliberação. Qual alternativa traduz melhor o papel do controle social no SUS?

- A) Atuar como instância participativa e deliberativa, acompanhando políticas, planejamento e execução, com funcionamento colegiado.
 - B) Assumir a gestão direta de serviços e substituir o gestor em decisões administrativas.
 - C) Restringir a atuação a temas clínicos, evitando discutir orçamento e planejamento.
 - D) Limitar-se à certificação de presença em reuniões para fins formais.
-

12. Um município busca qualificar sua prestação de contas e apuração de despesas em saúde para cumprimento dos mínimos constitucionais. Qual alternativa corresponde ao efeito central da LC 141 no financiamento e na transparência da saúde?

- A) Autorizar contabilização irrestrita de despesas administrativas gerais como gasto em saúde.
 - B) Delegar a definição do que conta como despesa em saúde a cada município, por decreto local.
 - C) Estabelecer critérios para apuração e controle das despesas em ações e serviços públicos de saúde, com regras de transparência e fiscalização.
 - D) Transferir integralmente a responsabilidade do financiamento da saúde para a União.
-

13. Segundo CARVALHO; PINHO; GARCIA (2017), quando uma equipe quer comparar a frequência de um agravo entre territórios e monitorar variações ao longo do tempo com base em medidas padronizadas, qual alternativa descreve corretamente o uso de indicadores epidemiológicos na gestão?

- A) Indicadores permitem descrever, comparar e monitorar eventos de saúde, apoiando planejamento e avaliação de ações no SUS.
 - B) Indicadores são úteis apenas para pesquisa acadêmica e não se aplicam ao planejamento de serviços.
 - C) Indicadores substituem a necessidade de diagnóstico situacional e territorialização.
 - D) Indicadores são ferramentas voltadas exclusivamente para a vigilância sanitária.
-

14. Considerando a Portaria GM/MS nº 3.493/2024, um gestor municipal solicita orientação sobre a alteração do cofinanciamento federal da APS e seus impactos no planejamento. Qual alternativa descreve corretamente o núcleo do ato normativo?

- A) Revogar o cofinanciamento federal da APS e extinguir transferências regulares.
 - B) Criar uma nova política nacional de humanização da APS, com foco em ambiência.
 - C) Alterar a PNAB, redefinindo atribuições das equipes e a carteira de serviços.
 - D) Instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso da Atenção Primária à Saúde no SUS, por alteração de portaria de consolidação pertinente.
-

15. Segundo CONASEMS; CONASS; SAPS/MS (2024) — Nota técnica conjunta tripartite (orientação de aplicação de recursos do financiamento da APS no contexto da Portaria GM/MS nº 3.493/2024), uma coordenação municipal precisa operacionalizar o uso dos recursos conforme entendimento pactuado. Qual alternativa melhor caracteriza a finalidade de uma nota técnica tripartite nesse contexto?

- A) Criar obrigações novas não previstas em norma, substituindo o texto da portaria.
 - B) Orientar tecnicamente a interpretação e aplicação operacional do financiamento, alinhando entendimentos entre as instâncias gestoras.
 - C) Centralizar a execução financeira no nível federal, anulando decisões locais.
 - D) Suspender instrumentos de planejamento local para adoção de um modelo único nacional.
-

Conhecimentos específicos da profissão

16. Durante uma reunião técnica sobre ética e valores profissionais, a equipe de Serviço Social discute os pilares que sustentam o projeto ético-político da profissão. De acordo com o Código de Ética Profissional (2012), constitui um dos princípios fundamentais que regem a atuação do assistente social:

- A) A opção preferencial pelos extratos sociais mais produtivos como critério de atendimento.
- B) A subordinação da ética profissional aos critérios de conveniência das instituições empregadoras.
- C) O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade.
- D) A neutralidade técnica e política diante das expressões da questão social.

17. Uma mulher busca atendimento num serviço de saúde relatando que o seu companheiro habitualmente a insulta e humilha na presença de terceiros, causando danos à sua autoestima. À luz da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), esta configuração de violência é classificada tecnicamente como:

- A) Violência Psicológica.
- B) Violência Moral.
- C) Violência Patrimonial.
- D) Violência Institucional.

18. Numa conferência sobre saúde mental, gestores discutem a transição dos modelos de cuidado em substituição ao isolamento social dos utentes. Segundo a Reforma Psiquiátrica brasileira, esta mudança de paradigma caracteriza-se pela:

- A) Delegação da responsabilidade do cuidado mental unicamente à esfera das famílias.
- B) Centralização do tratamento de transtornos mentais em hospitais especializados de grande porte.
- C) Foco exclusivo na remissão de sintomas biológicos por meio de isolamento social.
- D) Substituição do modelo hospitalocêntrico e asilar por uma rede de atenção psicossocial territorializada.

19. Ao planejar a reforma de uma unidade básica de saúde, o assistente social integra o grupo de trabalho sobre acessibilidade. Considerando as diretrizes da Lei nº 13.146 sobre o desenho universal, a lei estabelece que:

- A) É a concepção de produtos e ambientes para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação.
- B) Trata-se de uma adaptação específica para uma única categoria de deficiência grave.
- C) Constitui uma barreira atitudinal que impede a participação social efetiva do indivíduo.
- D) É um recurso de tecnologia assistiva destinado exclusivamente ao ambiente hospitalar.

20. Um cidadão idoso em situação de vulnerabilidade econômica procura o serviço social para requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC). De acordo com os critérios de elegibilidade previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o benefício é devido quando:

- A) A idade mínima é de 65 anos e a pessoa comprove não possuir meios de prover a própria manutenção.
 - B) A renda familiar per capita é inferior a um quarto do salário mínimo e a idade mínima é de 60 anos.
 - C) O cidadão comprove contribuição prévia à previdência social por no mínimo dez anos.
 - D) A renda familiar total ultrapassa cinco salários mínimos, independentemente da idade.
-

21. No âmbito de um processo judicial de adoção, o assistente social é responsável por acompanhar o estágio de convivência entre a criança e os pretendentes. Sobre este procedimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que:

- A) Deve ser cumprido independentemente de a criança já estar sob a posse do adotante por tempo suficiente.
 - B) Será dispensado se o adotando for maior de dezoito anos na data do pedido.
 - C) O prazo do estágio de convivência será fixado pela autoridade judiciária, observadas as peculiaridades do caso.
 - D) É proibida a realização do estágio de convivência com pretendentes residentes no exterior.
-

22. Ao definir o papel do assistente social dentro de uma equipe multidisciplinar de saúde, a gestão deve pautar-se pelos parâmetros técnicos da categoria. Segundo as diretrizes do CFESS (2009), a inserção profissional nestas equipes deve priorizar:

- A) A realização de triagem socioeconômica para fins de exclusão de usuários do sistema.
 - B) O suporte psicológico e a prescrição de rotinas terapêuticas medicamentosas.
 - C) A democratização das informações e o fortalecimento do controle social.
 - D) A cobrança de taxas administrativas para sustentabilidade financeira da unidade.
-

23. Um paciente de 85 anos de idade chega a uma unidade de pronto atendimento que já possui outros utentes idosos aguardando assistência. No que tange à prioridade de atendimento estabelecida pelo Estatuto da Pessoa Idosa, a lei determina que:

- A) Todos os idosos possuem exatamente o mesmo nível de prioridade, sem distinções.
 - B) Aos maiores de oitenta anos será assegurada prioridade especial sobre os demais idosos.
 - C) A prioridade é definida apenas pela ordem de chegada, independentemente da idade.
 - D) Somente idosos com doenças infectocontagiosas possuem prioridade absoluta sobre outros idosos.
-

24. Durante a elaboração de um edital de concurso municipal, surge a necessidade de descrever as competências reservadas ao cargo de assistente social. Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), constitui atribuição privativa deste profissional:

- A) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar planos, programas e projetos no âmbito do Serviço Social.
 - B) Treinar e supervisionar estagiários de qualquer área das ciências humanas.
 - C) Realizar diagnósticos médicos para fins de concessão de auxílio-doença.
 - D) Atuar como perito judicial em causas que envolvam apenas questões de engenharia civil.
-

25. No planejamento estratégico para a consolidação das equipes multiprofissionais (eMulti) na Atenção Primária, discute-se a integração entre saberes. Um dos desafios centrais identificados pela literatura para estas equipes é:

- A) O isolamento profissional e a ausência de diálogo entre as diferentes categorias.
 - B) A redução drástica do financiamento público para qualquer ação de saúde coletiva.
 - C) A superação da lógica de encaminhamentos burocráticos em favor do matriciamento.
 - D) A obrigatoriedade de todas as equipes serem compostas exclusivamente por médicos.
-

26. Num estudo de caso sobre violência doméstica, observa-se que o agressor destruiu intencionalmente os documentos de identificação e os instrumentos de trabalho da vítima. De acordo com a Lei Maria da Penha, esta conduta configura:

- A) Violência Moral.
- B) Violência Patrimonial.
- C) Violência Física.
- D) Violência Sexual.

27. Ao atender uma gestante que relata ter sofrido intervenções desnecessárias e agressivas durante o trabalho de parto, o assistente social deve orientar a sua intervenção pela defesa de direitos. Nestes casos de violência obstétrica, o trabalho deve pautar-se na:

- A) Subordinação às condutas médicas, mesmo quando agressivas, para evitar conflitos na unidade.
 - B) Exclusão dos acompanhantes das salas de parto por critérios de assepsia técnica.
 - C) Convencimento da gestante de que o sofrimento no parto é um processo biológico natural e inquestionável.
 - D) Defesa dos direitos reprodutivos e na denúncia de práticas desumanizadoras.
-

28. Durante uma atividade educativa sobre inclusão social, o profissional discute os diferentes tipos de barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. A barreira que decorre de atitudes ou comportamentos que impedem a participação social é denominada:

- A) Barreira Arquitetônica.
 - B) Barreira Atitudinal.
 - C) Barreira Urbanística.
 - D) Barreira nos Transportes.
-

29. Uma equipe técnica avalia a aplicação de uma medida de internação a um adolescente de 16 anos que cometeu um ato infracional grave. Segundo o ECA, sobre a duração desta medida, a lei estabelece que:

- A) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
 - B) Pode ser aplicada por prazo indeterminado, dependendo apenas da vontade da vítima.
 - C) É proibida a aplicação de internação para adolescentes que não sejam reincidentes.
 - D) O período máximo de internação é de vinte anos, conforme o Código Penal.
-

30. Numa análise crítica sobre as tendências atuais da política de saúde mental no Brasil, discute-se o conceito de "familismo". Esta tendência caracteriza-se tecnicamente pela:

- A) Uma estratégia de fortalecimento da rede pública para desonerar as famílias do cuidado.
 - B) A tendência de transferir a responsabilidade do cuidado do Estado para o núcleo familiar, sem o devido suporte público.
 - C) Um programa de renda mínima que paga salários para familiares que cuidam de idosos.
 - D) A obrigatoriedade de os familiares residirem dentro dos Centros de Atenção Psicossocial.
-

31. No relacionamento cotidiano com os utentes, o assistente social deve manter uma postura condizente com os deveres e proibições da sua categoria. De acordo com o Código de Ética Profissional, é vedado ao assistente social:

- A) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública.
 - B) Participar de comissões de ética da instituição onde trabalha.
 - C) Garantir a plena informação aos usuários sobre os direitos que possuem.
 - D) Utilizar-se de sua posição para obter vantagens pessoais ou políticas.
-

32. Ao discutir a gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) num conselho municipal, questiona-se o fluxo de recursos. Segundo a LOAS, o repasse de recursos financeiros entre as esferas de governo ocorre:

- A) De forma automática, do Fundo Nacional para o Fundo Municipal de Assistência Social (fundo a fundo).
- B) Somente após a aprovação de cada despesa individual pelo governo federal.
- C) Através de empréstimos bancários com juros subsidiados pelo mercado.
- D) Apenas para municípios que possuam menos de dez mil habitantes.

33. Um grupo de trabalho intersetorial debate a implementação de processos que considerem a saúde para além da ausência de doença. Esta perspectiva de conceito ampliado exige que o assistente social atue sobre:

- A) A compreensão da saúde como ausência de doenças físicas tratáveis apenas com fármacos.
- B) O foco exclusivo em exames laboratoriais para definir a alta do usuário.
- C) A atuação sobre os determinantes sociais da saúde e a intersectorialidade.
- D) A recusa em trabalhar com outras profissões para manter a autonomia pura.

34. Ao avaliar as condições de admissão de um utente numa rede de assistência psicossocial, o profissional deve observar os critérios legais para a restrição de liberdade. Segundo a Lei nº 10.216, a internação psiquiátrica somente será realizada:

- A) Por decisão exclusiva do assistente social da unidade de saúde.
- B) Sempre que o familiar não desejar mais conviver com o paciente.
- C) Automaticamente para qualquer pessoa que apresente tristeza prolongada.
- D) Mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

35. Numa atividade de educação em direitos, o assistente social explica o conceito de liberdade para o público idoso. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, o direito à liberdade compreende, entre outros aspectos:

- A) A proibição de o idoso frequentar espaços públicos de lazer sem acompanhante.
- B) A opinião e a expressão, além da participação na vida política na forma da lei.
- C) O isolamento em instituições de longa permanência para garantir a segurança física.
- D) A transferência automática da gestão de todos os seus bens para o parente mais próximo.

36. No planeamento de ações humanizadas para mulheres lésbicas e bissexuais nos serviços de saúde, discute-se o impacto da invisibilidade destas orientações sexuais. De acordo com a literatura atual, esta invisibilidade resulta em:

- A) Barreiras de acesso e negligência em relação à saúde integral dessas mulheres.
- B) Melhoria da qualidade técnica do diagnóstico por focar apenas na biologia.
- C) Aceleração do tempo de espera nas filas das unidades básicas de saúde.
- D) Inexistência de riscos de saúde específicos para essa população.

37. Um assistente social é nomeado pelo juízo para atuar como perito social num processo de disputa de guarda. Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão, a conduta correta do profissional é:

- A) Emitir opinião técnica sobre matérias que não sejam do âmbito de sua especialidade.
- B) Cobrar honorários diretamente das partes envolvidas, por fora do processo.
- C) Delegar a escrita do relatório final para um estagiário sem supervisão.
- D) Elaborar o laudo social com base no estudo socioeconômico e na análise técnica da realidade.

38. Ao organizar o processo de trabalho do assistente social no núcleo de apoio à estratégia saúde da família, o profissional deve pautar a sua atuação pelo:

- A) Atendimento ambulatorial individualizado e fragmentado.
 - B) Atendimento exclusivo a pessoas que possuem plano de saúde privado.
 - C) Gerenciamento de estoques de medicamentos e insumos médicos.
 - D) Apoio matricial às equipes de referência e trabalho interdisciplinar.
-

39. Durante a aplicação de medidas socioeducativas, a autoridade judiciária deve considerar as particularidades do adolescente e da infração. Segundo o ECA, os critérios que devem nortear esta aplicação são:

- A) A capacidade de pagamento da família do adolescente infrator.
 - B) A capacidade de o adolescente cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
 - C) O desejo de vingança expressado publicamente pela comunidade local.
 - D) A cor da pele e a orientação religiosa do adolescente.
-

40. Numa palestra sobre equidade e saúde da população negra, o assistente social aborda as falhas coletivas das instituições em prover serviços adequados em virtude da cor ou origem. Este fenômeno é denominado:

- A) Falhas coletivas de instituições em prover um serviço profissional e adequado a pessoas em virtude de sua cor ou origem.
 - B) Tratamento igualitário e equânime a todos os cidadãos, independentemente da raça.
 - C) Promoção de cotas raciais para cargos de chefia em todos os hospitais particulares.
 - D) Exclusão da variável "raça/cor" de todos os formulários do Ministério da Saúde.
-

41. Diante de queixas de utentes com deficiência sobre o atendimento de operadoras de saúde, o profissional deve verificar as proibições legais. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é vedado às operadoras de planos de saúde:

- A) Oferecer descontos para pessoas com deficiência física motora.
 - B) Disponibilizar exames em clínicas que possuam rampas de acesso.
 - C) Contratar médicos especialistas em reabilitação motora.
 - D) Cobrar valores diferenciados em razão de sua condição de deficiência.
-

42. Numa sessão de formação profissional sobre a determinação social da saúde, o assistente social aborda o processo saúde-doença. Nesta perspectiva ontológica, este processo deve ser compreendido como:

- A) Um fenômeno estritamente biológico e individual, alheio à economia.
 - B) Um castigo divino ou resultado exclusivo da sorte genética.
 - C) Uma síntese da totalidade social e das relações de produção e reprodução da vida.
 - D) Um efeito colateral da falta de higiene pessoal de populações pobres.
-

43. Ao identificar que a infraestrutura da instituição onde trabalha compromete a preservação do sigilo durante os atendimentos, o assistente social deve, por dever ético:

- A) Continuar atendendo normalmente e ignorar a falta de sigilo.
 - B) Informar por escrito à instituição e ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).
 - C) Atender os usuários em locais públicos como praças ou lanchonetes.
 - D) Pedir demissão imediata sem comunicar os motivos aos órgãos de classe.
-

44. Numa análise sobre as tendências da Política de Saúde Mental no Brasil em 2025, observa-se um movimento de reconfiguração da rede. O desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem sido marcado pelo:

- A) Fortalecimento financeiro dos CAPS e das residências terapêuticas.
 - B) Treinamento massivo de usuários para autogestão de seus medicamentos.
 - C) Reinvestimento no modelo de comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos.
 - D) Fim de todas as internações em hospitais gerais no território brasileiro.
-

45. Um profissional em formação solicita uma definição clara sobre os objetivos da assistência social no âmbito da Seguridade Social brasileira. De acordo com a LOAS, esta política tem por objetivo central:

- A) Apenas a reabilitação de dependentes químicos em regime fechado.
 - B) A proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.
 - C) A concessão de aposentadorias para quem contribuiu por trinta anos.
 - D) O controle da natalidade em famílias de extrema pobreza.
-